



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.736

Conde, 12 de junho de 2020

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 0255/2020

CONDE, 12 DE JUNHO DE 2020.

Regulamenta o uso de arma de fogo de calibre permitido pela Guarda Civil Municipal de Conde e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CONDE, ESTADO DA PARAÍBA usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes.

CONSIDERANDO que o porte de arma de fogo poderá ser autorizado aos integrantes das Guardas Cíveis Municipais, com fundamento no Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 a lei 10.867, de 12 de maio de 2004).

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de se estabelecer procedimentos para o controle do armamento e da munição, bem como disciplinar a autorização para o uso e porte de arma de fogo pelo Guarda Civil Municipal do Município de Conde-PB,

DECRETA

TÍTULO I DO USO DA ARMA DE FOGO

Art. 1º. O Guarda Civil Municipal que comprovar a realização de treinamento técnico poderá ter autorização para portar arma de fogo, observadas as normas estabelecidas na legislação aplicável e neste Decreto.

Parágrafo único. O treinamento técnico previsto no caput deverá ser de, no mínimo, sessenta horas para porte de armas de repetição e cem horas para porte de armas semi-automáticas.

TÍTULO II DO PORTE DE ARMA DE FOGO

Art. 2º. O porte de arma de fogo será autorizado ao Guarda Civil Municipal diretamente pela Polícia Federal.

Parágrafo único. Quando firmado convênio entre o Município de Conde e a Polícia Federal, e durante sua vigência, o porte de arma de fogo será autorizado pela Prefeita, ou a quem este expressamente delegar a atribuição.

Art. 3º. O porte de arma de fogo será autorizado ao Guarda Civil Municipal conforme dispuser a lei, nos limites territoriais do Estado da Paraíba.

Art. 4º. O porte de arma de fogo do Guarda Civil Municipal poderá ser suspenso temporária ou preventivamente, quando:

I - a conduta do Guarda Civil Municipal for considerada inadequada pelo Comando da Guarda Civil Municipal;

II - por solicitação da Corregedoria da Guarda Civil Municipal ao Comando Geral da Guarda Civil Municipal;

III - estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, inquérito policial ou processo judicial pela prática culposa ou dolosa de infração disciplinar, contravenção penal ou crime.

Art. 5º. O Guarda Civil Municipal que estiver licenciado para tratar de interesse particular ou tratamento médico terá suspenso o porte de arma de fogo, enquanto perdurar o afastamento, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente.

Art. 6º. O Guarda Civil Municipal perderá o porte de arma, em caráter definitivo, caso seja condenado, após apuração dos fatos que ensejaram a suspensão temporária ou preventiva, conforme decisão proferida em processo administrativo ou judicial.

TÍTULO III DO EMPRÉSTIMO DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Art. 7º. As armas de fogo e as munições pertencem ao patrimônio municipal, serão fornecidas ao Guarda Civil Municipal, a título de empréstimo, de 02 (duas) modalidades:

I - por dia, chamado de empréstimo diário;

II - por até 12 (doze) meses seguidos ou não, chamado de empréstimo por cautela, sujeito a prorrogação por igual ou diverso prazo, a critério do Comandante da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. O empréstimo de armamento e munição institucionais não será autorizado ao Guarda Civil Municipal que incorrer nas situações previstas no art. 4º deste Decreto.

Art. 8º. O empréstimo diário de armamento e munição far-se-á por meio de registro em Livro de Carga e Controle de Armamento.

Art. 9º. O empréstimo por cautela será feito mediante Termo de Responsabilidade e Cautela de Armamento e Munição, conforme modelo constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 10. Independentemente da modalidade de empréstimo, o guarda civil municipal será o responsável pela guarda e manutenção do armamento e da munição, obrigando-se a repará-los ou repô-los, independentemente de culpa, em casos de dano, extravio, furto ou roubo, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis e penais cabíveis, ressalvados os casos fortuitos e de força maior ou atos praticados em legítima defesa, exercício regular de direito ou indispensáveis à remoção de perigo iminente.



Art. 11. O Guarda Civil Municipal, ao portar arma de fogo, em serviço ou fora dele, deverá portar a carteira de identidade funcional e o Certificado de Registro de Arma de Fogo.

§1º O uso em serviço de arma de fogo de propriedade particular do Guarda Civil Municipal poderá ser autorizado, em casos excepcionais, pelo Comando da Guarda Civil Municipal.

§2º A carteira de identidade funcional do Guarda Civil Municipal deverá informar a existência de autorização para o porte de arma de fogo funcional e as condições em que o porte será exercido.

TÍTULO IV DO CONTROLE DO ARMAMENTO

Art. 12. O armamento institucional deverá ser armazenado em local com acesso restrito e controlado, que deverá conter dispositivos de segurança físicos e eletrônicos, denominado Reserva de Armamento.

Parágrafo único. A Reserva de Armamento deverá conter paredes em alvenaria de concreto, além de portas e janelas contendo grades metálicas, alarmes sonoros e vigilância por imagens.

Art. 13. O controle do armamento será exercido por Guarda Civil Municipal especialmente designado para:

- I - manter a organização da Reserva de Armamento;
- II - registrar e inventariar o armamento em livro próprio e fornecer relação pormenorizada que integrará o inventário patrimonial municipal;
- III - exercer o controle referente à entrada e saída de todo armamento;
- IV - realizar manutenção preventiva do armamento;
- V - efetuar mensalmente uma inspeção no material, devendo encaminhar relatório da inspeção ao Comando da Guarda Civil Municipal, que adotará as providências cabíveis à substituição, reposição ou baixa no armamento.

Parágrafo único. A saída do armamento está condicionada à assinatura do Termo de Responsabilidade pelo Guarda Civil Municipal constante do Anexo II deste Decreto.

TÍTULO V DO CONTROLE DA MUNIÇÃO

Art. 14. O controle da munição será exercido por Guarda Civil Municipal especialmente designado para:

- I - registrar a munição em livro próprio;
- II - exercer o controle referente à entrada e saída de munição;
- III - comunicar diária e imediatamente ao comando da Guarda Civil Municipal toda perda, falta, dano, extravio, furto, roubo ou uso de munição;
- IV - realizar a conciliação das informações diárias recebidas dos Guardas Cívicos Municipais sobre o uso da munição;
- V - realizar mensalmente inspeção no material, devendo encaminhar relatório ao Comando da Guarda Civil Municipal.

Parágrafo único. A entrega da munição está condicionada à assinatura do Termo de Responsabilidade constante do Anexo II deste Decreto.

TÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O requerimento para o porte de arma de fogo deverá ser preenchido e assinado pelo guarda civil municipal, conforme modelo constante do Anexo III deste Decreto.

Art. 16. Os integrantes da Guarda Civil Municipal, ao portarem arma de fogo fora do horário de serviço e em locais públicos, ou onde haja aglomeração de pessoas, deverão fazê-lo de forma discreta e não ostensiva, de modo a evitar constrangimentos a terceiros.

Art. 17. O portador de arma de fogo deverá ser submetido, a cada 2 (dois) anos, a teste de capacidade psicológica.

Art. 18. Sempre que houver ocorrência que resulte em disparo de arma de fogo, com ou sem vítima, o Guarda Civil Municipal deverá apresentar ao Comando e à Corregedoria da Guarda Civil Municipal relatório circunstanciado para justificar o motivo da utilização da arma e possibilitar a devida apuração.

Art. 19. A Diretoria de Valorização Funcional do Centro de Formação da Guarda Civil Municipal é o órgão responsável pela solicitação e o acompanhamento dos laudos psicológicos exigidos pela Lei n.º 10.826/2003, para expedição do porte funcional de arma de fogo, competindo-lhe:

- I - solicitar, sempre que necessário, novos laudos psicológicos;
- II - acompanhar os prazos de validade dos laudos psicológicos;
- III - adotar as providências cabíveis para a renovação dos laudos psicológicos antes do respectivo vencimento;
- IV - solicitar ao Comando da Guarda Civil Municipal a relação dos Guardas Cívicos Municipais que serão submetidos a testes psicológicos.

Art. 20. O Guarda Civil Municipal deverá portar, obrigatoriamente, a Cautela de Material Bélico, conforme modelo constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos por aplicação das normas contidas na Lei Federal n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e do Comandante da Guarda Civil Municipal.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.


MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Prefeita

ANEXO 1

DESCRIÇÃO DE MATERIAL

TIPO	ESPÉCIE	CALIBRE	Nº DE SÉRIE	QUANTIDADE
PISTOLA				
REVOLVER				
CARABINA				
ESPIGARDA				
MUNIÇÃO				



COLETE				
--------	--	--	--	--

Fica o material bélico acima descrito, cautelado ao servidor identificado, conforme previsto no art. 6.º, Inciso III e § 1.º da Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003.

Assinatura do Guarda Civil Municipal
responsável pela Reserva de Armamento

Assinatura do Guarda Civil Municipal
Válido somente com apresentação da Carteira de Identificação Funcional
do Guarda Civil Municipal.

ANEXO II

TERMO DE RESPONSABILIDADE E CAUTELA DE ARMAMENTO E MUNIÇÃO

Pelo _____ presente documento, eu, _____, matrícula n. _____, CPF _____, Guarda Civil Municipal; aceito, sob forma de cautela pessoal e intransferível, o armamento e munição abaixo relacionados, de propriedade do patrimônio Municipal de Conde, ficando sob minha total responsabilidade zelar por sua conservação, adotando as medidas necessárias contra danos, furto, roubo, extravio ou perda, comprometendo-me a comunicar, imediatamente à unidade policial local, caso ocorra qualquer um dos fatos supramencionados, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após o ocorrido, encaminhando cópia do Boletim de Ocorrência ao Comando Geral da Guarda Civil Municipal para remessa ao Departamento Regional da Polícia Federal, para fins de cadastro no SINARM.

Declaro conhecer as legislações Federais e Municipais que tratam do uso e "Porte de Arma" em território Nacional.

ARMA			MUNIÇÃO	
TIPO	CALIBRE	Nº DE SÉRIE	QUANTIDADE	IDENTIDADE

ARMAMENTO MUNIÇÃO Tipo Calibre Nº.Série Quantidade Identificação
Informações Complementares Rua: _____
n.º _____ Complemento: _____ Bairro: _____ Município: _____
Telefone residencial: _____
Celular: _____ E-mail: _____

Atesto serem verdadeiras as informações acima.

CONDE, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura

ANEXO III

REQUERIMENTO

Eu, _____, matrícula n. _____, Cargo _____, Lotação _____, Estado civil _____, Naturalidade _____, Endereço: _____, Telefone _____ de contato: _____ E-mail _____

_____, Com fundamento no Decreto Municipal Nº..... solicito que seja deferido o direito ao porte de arma de fogo nos termos do artigo 6º, inciso III, Parágrafo §1º, da Lei Federal 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04, pelos seguintes motivos (esclarecer que necessita de permanecer com a arma de fogo da Instituição após o término do expediente, se for o caso):

Segue anexa a documentação exigida para o uso e porte de arma de fogo, para apreciação do Comandante Geral da Guarda Civil Municipal. Nestes termos, peço e aguardo o deferimento.

CONDE,,,

Assinatura do requerente

LICITAÇÃO E COMPRAS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE-PB
COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

CONVOCAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 00001/2020

OBJETO: Contratação de empresa de serviços técnicos especializados de engenharia para execução de pavimentação e drenagem de diversas vias no município de Conde/PB Convoca-se As Empresas: FC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS – EIRELI e A3T CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA para que se manifestem de forma digital através do endereço de e-mail: licita@conde.pb.gov.br até às 14:00h do dia 19/06/2020 para posicionamento com base no relatório da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO e devido parecer jurídico da PROCURADORIA GERAL DE MUNICÍPIO, (que será disponibilizado mediante solicitação via e-mail supracitado) a respeito das propostas de preços apresentadas, caso as empresas não se manifestem, conforme condições acima, sua proposta será automaticamente desclassificada. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licita@conde.pb.gov.br

Conde - PB, 12 de Junho de 2020.

JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Presidente da Comissão Municipal de Licitação

JOSE ELI BERNARDES PORTELA
Presidente da Comissão Municipal de Licitação